

Academia das Ciências de Lisboa

---

BIBLIOTECA DE ALTOS ESTUDOS

---

# Sessão inaugural do Instituto de Altos Estudos




IMPRESA DA UNIVERSIDADE  
COIMBRA - 1932



Associação das Ciências de Lisboa  
INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

Sessão inaugural  
do Instituto de Altos  
ESTUDOS



SESSÃO TRIPLO  
DO INSTITUTO DE  
ESTUDOS

Sala ~~1~~  
Est. ~~2~~  
Tab. ~~3~~  
N.º ~~4~~



397



Academia das Ciências de Lisboa

BIBLIOTECA DE ALTOS ESTUDOS

# Sessão inaugural do Instituto de Altos Estudos



RC  
MUCT  
378  
ACA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE  
COIMBRA - 1932



ANTELÓQUIO







ELEMENTO OFICIAL E ACADÉMICOS NO SALÃO DE RECEPÇÃO NA SESSÃO INAUGURAL  
DO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS EM 5 DE DEZEMBRO DE 1931

Da esquerda para a direita, à frente: Tenente-Coronel Latino representante do Presidente do Ministério,  
Encarregado de Negócios do Japão, Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva  
Embaixador do Brasil, Comandante Fernando Branco Ministro dos Estrangeiros, Dr. Júlio Dantas Presidente da Academia,  
Dr. Gustavo Cordeiro Ramos Ministro da Instrução, Dr. Egas Moniz Vice-Presidente da Academia,  
Dr. Eugénio de Castro, Dr. Queiroz Veloso, Dr. Moreira Júnior, Dr. Augusto de Vasconcelos;  
2.ª fila — Prof. Francisco António Correa Director Geral dos Negócios Comerciais, Dr. Martinho Nobre de Melo,  
Fernando de Souza, Dr. Caeiro da Mata, Dr. Azevedo Neves, Dr. Joaquim de Carvalho,  
Dr. Barbosa de Magalhães, Dr. Cunha Gonçalves, Prof. Melo Simas e Prof. Moses Bensabat Amzalak.



A intensificação de labor mental a que a Academia das Ciências de Lisboa se votara, havia tempos, teve no ano académico de 1931 uma lógica projecção: a criação do Instituto de Altos Estudos, acontecimento que o Presidente da Academia reputou de relêvo a emparelhar com o do acôrdo idiomático lavrado com o Brasil.

Apresentada na sessão plenária de 4 de Junho, a proposta do sócio efectivo da Classe de Letras sr. Moses Bensabat Amzalak recebia unânime sanção na Assembleia Geral de 25 de Junho de 1931.

As considerações com que o sr. Dr. Moses Amzalak apoiou a sua iniciativa e o respectivo articulado regulamentar do Instituto de Altos Estudos têm de ficar aqui registados:

#### PROPOSTA DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

É da maior necessidade fazer progredir a investigação científica em Portugal. Não basta, porém, que se realize intensamente essa investigação; é indispensável que os seus resultados se tornem conhecidos daqueles a quem tais estudos interessam.

## INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

Está por fazer uma obra de alta cultura no nosso país; às Universidades e à Academia cabe realizá-la.

As Universidades têm por especial missão o ensino, entretanto em muitas escolas superiores portuguesas já se estão efectuando trabalhos de investigação científica valiosos. Porém, a sobrecarga de trabalhos escolares, — lições magistrais, exercícios práticos, provas de frequência, práticas laboratoriais e outras, — faz com que os estudantes pouco possam aproveitar dos estudos de investigação científica dos respectivos mestres.

Acresce ainda que durante o curto período da vida escolar, poucos são os estudantes que conseguem um grau de cultura científica para beneficiar dêsses trabalhos.

É ante os fenómenos da vida real que muitas vezes se sente a necessidade de completar conhecimentos, adoptar novos métodos, corrigir processos de investigação.

É assim que se impõe a existência de um ensino *post-universitário*, de um ensino supra-universitário, onde os estudiosos e os investigadores, sem preocupações de vulgarização científica, mas somente com o fim de fazer progredir a ciência, dêem conta em cursos públicos dos seus estudos e investigações pessoais, das novas técnicas ensaiadas, ou ainda completem e desenvolvam matérias professadas nas escolas universitárias.

Os professores dêste novo ramo de ensino terão também por missão estabelecer as directrizes dos trabalhos científicos dos seus auditores que quiserem prosseguir nesses estudos. É assim que se promove o progresso da ciência.

À Academia, dentro do espírito que há mais de cento e cinquenta anos a anima e orienta, cumpre dar corpo a esta ideia. De resto, os seus Estatutos aprovados por decreto de 13 de Dezembro de 1851 estabelecem no seu artigo 1.º que a Academia terá *por objecto a cultura, propagação e adiantamento das ciências*; e, para conseguir êste objectivo, um dos meios é (artigo 2.º, n.º 9.º) *abrir cursos livres dos ramos de ciências que se julgarem oportunos, havendo quem se proponha a professá-los*.

Já por vezes a Academia abriu as suas portas ao público para a freqüência de cursos livres. Recordo neste momento as lições magistrais do nosso saudoso confrade e meu querido mestre Dr. Vergílio Machado sôbre a *história da ciência*, e ainda no ano pretérito os nossos ilustres confrades Dr. Achilles Machado e Dr. Pereira de Sousa dissertaram brilhantemente sôbre *Radioactividade e Sismologia*.

É porém indispensável, a meu ver, transformar essas iniciativas ocasionais numa acção permanente e coordenada, de modo que, sem representar um encargo pesado para os nossos consócios, possa permitir à Academia o cumprimento de uma das suas mais nobres funções: a função docente.

Proponho, pois, que a Academia, nos termos do artigo 2.º, n.º 9.º dos seus Estatutos, organize no ano lectivo de 1931-32 e nos seguintes, cursos livres de alta cultura nas condições adiante exaradas.

## REGULAMENTO DO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

1.º — Os cursos livres serão professados por sócios da Academia.

2.º — Também poderão reger cursos pessoas estranhas à Academia quando para isso forem convidadas.

3.º — O ensino será de alta cultura e servirá para difundir os estudos de investigação científica realizados pelos académicos.

4.º — Os cursos terão por objecto: as ciências matemáticas, as ciências físicas, as ciências histórico-naturais, as ciências médicas, a história das ciências, a literatura, as ciências morais e a jurisprudência, as ciências económicas e administrativas, a história e a arqueologia, a filologia e a pedagogia.

5.º — A Academia elegerá uma comissão directora composta por três sócios efectivos, sendo um pela Classe de Letras, outro pela Classe de Ciências, e outro designado pelo



## INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS

Presidente da Academia, que organizará anualmente os cursos livres e dirigirá todos os trabalhos que lhe disserem respeito.

6.º — Cada curso terá anualmente um mínimo de duas lições e um máximo de seis. Excepcionalmente, e no caso previsto no artigo 11.º, poderá êste número ser excedido.

7.º — Os cursos serão públicos e livres. Não haverá exames nem nenhuma prova de frequência. Porém quando qualquer dos auditores desejar um atestado de frequência, deverá inscrever em cada lição, o seu nome num livro especialmente destinado a êsse fim.

O modêlo de certificado será estabelecido pela Comissão Directora.

8.º — Os académicos que se proponham reger qualquer dêstes cursos deverão comunicar à Comissão Directora até 30 de Setembro de cada ano, o assunto que desejam versar, programa e número de lições.

9.º — Os cursos realizar-se-ão nos meses de Novembro a Maio.

10.º — A regência dêstes cursos é gratuita.

11.º — A Academia aceitará doações ou legados para a instituição de cursos livres permanentes sôbre determinadas matérias. Neste caso o respectivo professor receberá a remuneração que a Comissão Directora lhe fixar, de acôrdo com os rendimentos do capital doado.

12.º — O conjunto dêstes cursos livres constituirá um serviço académico denominado: *Instituto de Altos Estudos* anexo à Academia das Ciências de Lisboa.

13.º — A Academia iniciará quando as suas dotações o permitam uma *Biblioteca de Altos Estudos* onde se fará a publicação das lições dadas no Instituto.

A Comissão Directora, composta dos srs. Celestino da Costa, Joaquim Leitão e Moses Bensabat Amzalak, o primeiro da Classe de Ciências, os outros dois, membros da Classe de Letras, a des-

peito do dispersivo período que se seguia, conseguiu organizar os trabalhos do primeiro ano dos *Altos Estudos* e proclamar o êxito na primeira assembleia geral depois das férias grandes.

E se não foram as homenagens a Newton em Coimbra prestadas e que na velha urbe universitária retiveram o Doutor Joaquim de Carvalho, a sessão inaugural do Instituto de Altos Estudos ter-se-ia realizado em Novembro.

Essa cerimónia veio a realizar-se em 5 de Dezembro de 1931, pelas 21 horas e meia, no majestoso salão nobre da Academia, revestindo um notável brilho intelectual. Desde as históricas sessões que comemoraram o III Jubileu, havia justamente dois anos, não tornara a Academia das Ciências de Lisboa a registar horas de igual pompa.

Na sala vasta da Biblioteca se ajuntaram quasi todos os grandes vultos das letras, das artes e das ciências. Académicos, Reitores das Universidades, Directores das Faculdades de Lisboa, do Pôrto e de Coimbra; catedráticos; escritores, poetas, filósofos, pintores, artistas dramáticos — uma grande mancha de casacas e fardas, onde reluziam brilhantes e altas condecorações; centenas de senhoras e de estudantes dos cursos superiores; figuras gradas do comércio, da indústria e da agricultura, etc., etc.

Fêz-se representar o Govêrno pelos srs. Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Instrução; o sr. Presidente do Ministério pelo sr. Coronel Ma-

nuel Latino; o Corpo Diplomático pelos srs. Embaixador do Brasil, Ministro da China, Encarregado de Negócios da Noruega; e pelos Secretários das Embaixadas de Inglaterra e de Espanha, e Legações da França e da Itália.

À direita do sr. Dr. Júlio Dantas, Presidente da Academia, que presidiu, sentaram-se os srs. Comandante Fernando Branco e Dr. Egas Moniz; à esquerda, os srs. Dr. Gustavo Cordeiro Ramos e Joaquim Leitão, Vice-Secretário Geral.

O que foi essa sessão inaugural di-lo êste volume, o primeiro da *Biblioteca do Instituto de Altos Estudos*, sessão que tôda a imprensa portugueza commentava, na manhã seguinte, como um acontecimento de relêvo na vida intelectual.

Para que assim fôsse considerado o primeiro acto público da recentíssima criação contribuíram decididamente dois factos: a tábua de valores e temas a versar pelos prelectores inscritos no Instituto de Altos Estudos que o sr. Dr. Moses Amzalak tornou públicos nessa hora magna; e o Discurso do Doutor Joaquim de Carvalho, ouvido em recolhimento e aplaudido num unânime e prolongado entusiasmo, e foi uma verdadeira aclamação ao poder mental do eminente catedrático.

Publicado integralmente neste volume o Discurso do Doutor Joaquim de Carvalho fica aqui como pórtico românico, forte, ponderoso e elegante, dessa vigorosa elegância que a seriedade concepional dá aos monumentos e às obras do pensamento.





ASPECTO DO SALÃO NOBRE DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
NA NOITE DA SESSÃO INAUGURAL DO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS  
EM 5 DE DEZEMBRO DE 1931



ALOCUÇÃO DO SR. DR. JÚLIO DANTAS,  
PRESIDENTE DA ACADEMIA

ASSOCIAÇÃO DO SR. DR. JULIO BANTAS  
PRESIDENTE DA ACADEMIA

No decurso dêste ano académico produziram-se dois factos de superior relêvo: a assinatura do acôrdo ortográfico com a Academia Brasileira de Letras, acôrdo que é hoje lei nos dois países irmãos, e que assegurou, na sua expressão escrita, a unidade inter-continental da língua portuguesa, e a inauguração do Instituto de Altos Estudos, com a qual se inicia, por certo, um dos mais brilhantes, dos mais laboriosos, dos mais fecundos períodos da vida, gloriosamente secular, da Academia das Ciências de Lisboa.

Com efeito, êstes dois factos representam, no quadro das actividades de uma Academia, o pleno exercício de duas funções fundamentais: o culto da língua, património espiritual da nação, que nós temos de zelar, não apenas na sua pureza vernácula, mas também na sua expansão e no seu prestígio internacional, e o culto da ciência, que nos cumpre manter, pela instituição de estudos profundos e novos, pelo estreito contacto com as formas originais do pensamento contemporâneo, e pela permanência de um intenso foco de cultura mental que assegure, entre nós, o esplendor e o prodomínio da vida do espírito, hoje gravemente ameaçada, no



mundo inteiro, pelas incertezas, pelas contingências, pela dramática instabilidade do problema político e económico. A data de 3o de Abril, em que se firmou o acôrdo linguístico luso-brasileiro, e a data de 5 de Dezembro, em que se inauguram os Altos Estudos, ficam, sem dúvida, nos anais desta casa, não para nossa glória — que a não procuramos nesta altura da vida! — mas como afirmação de que os quarenta homens, em cujas mãos repousam, neste momento, os destinos da Academia, souberam cumprir o seu dever.

Os cursos livres que hoje se iniciam, no vasto domínio das ciências morais e políticas e das ciências de observação e de cálculo, abrangendo todos os ramos dos conhecimentos humanos, não constituem, de modo algum, uma criação nova. Instituiu-os, pensando talvez no glorioso Colégio de França, a lei académica de 1840; manteve-os o estatuto de 1851, que o duque de Saldanha referendou e que ainda nos rege. O que é novo, nêsses cursos, é a forma por que hoje os compreendemos e realizamos; é o espírito que nos animou ao reinstituí-los; é o pensamento que presidiu à sua reorganização e que presidirá, amanhã, ao seu funcionamento. Êsse espírito renovador incarnam-no, admiravelmente, os três oradores desta noite: o sr. Dr. Egas Moniz, Presidente da Classe de Ciências, sábio de reputação europeia, autor de uma das mais notáveis descobertas do século; o sr. Dr. Moses Amzalak, sócio efectivo da Academia, Vice-Reitor da Universidade



Técnica, que com a mesma distinção versa, na sua Faculdade, um problema de política económica ou defende, na Universidade de Oxford, uma tese sôbre línguas orientais, e a quem se deve a iniciativa da reorganização dos Altos Estudos; e, finalmente, o sr. Dr. Joaquim de Carvalho, catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, uma das mais subtis e complexas mentalidades que ilustram o professorado universitário português, que aceitou o encargo de pronunciar, nesta sessão solene, a oração inaugural consagrada ao elogio da *Mater Admirabilis*, da suprema Criadora, da única Mulher cuja beleza imortal nos apaixona sem nos perturbar e nos deslumbra sem nos mentir: a Ciência.

Foi Paul Valéry, da Academia Francesa, quem, falando há poucos meses num dos organismos da Sociedade das Nações, lançou o grito de alarme: «Nesta hora incerta para o futuro da Civilização — disse o grande poeta — a vida do espirito está em perigo. Lancemos os fundamentos duma nova Sociedade dos Espíritos, que mantenha no mundo o prestígio da vida intelectual e trabalhe pelos destinos imortais do homem!» Pois bem. Para que se assegure o prestígio da inteligência; para que tenha algum dia realidade a concepção superior de uma grande Sociedade dos Espíritos, contribui hoje, no limite da sua acção, a Academia das Ciências, instituindo os Altos Estudos em Portugal.

O movimento de interêsse intelectual criado à

volta desta instituição, tornando possível uma mais íntima cooperação e um mais perfeito entendimento entre todos os homens de serena inteligência e de boa-vontade, concorrerá, decerto — pelo menos assim o espero — não apenas para o progresso das ciências, mas para o culto dos grandes ideais de beleza moral e de solidariedade humana indispensáveis à permanência da nossa Civilização.

ALOCUÇÃO  
DO SR. DR. EGAS MONIZ



Vão iniciar-se as conferências de altos estudos que a Academia das Ciências de Lisboa decidiu inaugurar, no levantado propósito de alargar a sua esfera de acção, concorrendo para a difusão cultural. As academias têm de tomar iniciativas e orientações novas. O período de clausura em que se mantinham, adstritas ao trabalho realizado intramuros, não basta para a missão que hoje têm a cumprir. Colocando-se em contacto directo com aqueles que desejam adquirir novos conhecimentos, organizando lições e conferências, tornam-se colaboradores do movimento universitário, cuja finalidade deve visar mais alto do que fazer profissionais ou técnicos.

Como Presidente da primeira classe desta Academia, e em seu nome, venho saudar, nesta hora de rejuvenescimento da velha organização a que nos honramos de pertencer, os que ousaram levar a bom termo este generoso empreendimento.

A expansão da cultura científica que a Academia das Ciências de Lisboa se propõe realizar, procurando elevar o meio intelectual português, merece o caloroso aplauso dos que vêm na instrução a mais poderosa alavanca do progresso.



## ALOCUÇÃO DO SR. DR. EGAS MONIZ

Avisinha-se talvez um novo ciclo na história da humanidade. Não é indiferente, mesmo no âmbito da vida social, a tentativa que hoje se inicia.

\*

Foi escolhido o ilustre Professor sr. Dr. Joaquim de Carvalho, uma das mais brilhantes mentalidades universitárias, para nos dar a primeira lição. A escolha do seu nome é a garantia do êxito que vai seguir-se.

Nenhum outro ramo das ciências poderia ter primazia sobre a cultivada pelo ilustre catedrático, nesta sessão inaugural. A filosofia, ciência das ideias, pelo seu passado e pela importância que adquire nos comentários e generalização de tôdas as investigações científicas, bem merece as honras que lhe são tributadas.

Relanciando o pensamento pelo passado recordamos, com desvanecimento, a origem das academias ligada a essa ciência que, nas velhas civilizações, tomou notável ascendente sobre as demais. O heróico Academo — donde nos vem o nome — ofereceu à República de Atenas um recinto, destinado ao ensino da filosofia, nas margens olorosas do Céfiso. Nele verdejavam plátanos e oliveiras, símbolos do saber. Foi ali que Platão ensinou as suas doutrinas aos académicos seus discípulos. Durante quatro séculos continuaram as lições nessa escola a que a natureza emprestara uma decoração singela e su-



gestiva sob a cadência do ruído das águas prestes a banharem a muralha do Pireu. Tinha por dossel o céu infinito, para que subissem bem alto os ecos das preleções dos mestres admiráveis do período mais brilhante da cultura helénica.

A filosofia procurava investigar as causas últimas, as determinantes da vida nos seus múltiplos aspectos. Roçava pelos astros e prendia-se na interpretação das mais complexas manifestações da vida psicológica. Pretendia penetrar o problema insondável da origem dos mundos e resolver as questões delicadas da produção e encadeamento das ideias.

Passaram mais de dois milénios; sucederam-se as escolas filosóficas, e ainda hoje, dicotomizadas as actividades na solução destas e doutras questões que se suscitaram, trabalhamos todos afanosamente para alcançar um objectivo que só parcialmente pode ser atingido.

A filosofia aparece-nos hoje como um estudo de síntese. A sua subjectividade dá-lhe largueza de vãos que as outras ciências não têm, mais presas à solução de problemas concretos e a aspectos restritos de questões limitadas. Já na antiguidade assim era apreciada, a dar-se crédito à frase de Pitágoras. Diz-se que o tirano Leontes, admirado pelo seu saber, lhe perguntara que arte máxima professava: «Nenhuma — lhe respondeu — sou apenas filósofo».

E se, por êstes motivos, bem merecem os organizadores pela escolha da ciência e do prelector para esta sessão inaugural, bastaria que o fôsse

## ALOCUÇÃO DO SR. DR. EGAS MONIZ

pelo simples significado etimológico da palavra *filosofia*.

É pelo amor da sabedoria que se inauguram hoje estes cursos de alta cultura; é sob êsse influxo que êles hão-de atingir o seu elevado objectivo.

EPÍTOME INDICATIVO DO PROGRAMA DE  
TRABALHOS DO INSTITUTO DE ALTOS  
ESTUDOS DURANTE O ANO ACADÉMICO  
DE 1931-1932, LIDO PELO SR. DR. MOSES  
BENSABAT AMZALAK

ESTATÍSTICA INDICATIVA DO PROGRAMA DE  
TRABALHOS DO INSTITUTO DE ALGODÃO  
ESTADOS UNIDOS DURANTE O ANO ACABADO  
DE 1957-58. LIDO POR SR. DR. MORAES  
REVISAR AMALIA

É com grande prazer que em nome da comissão directora do Instituto de Altos Estudos, anexo à Academia, vou indicar o que será a sua actividade científica neste primeiro ano da sua existência.

O Instituto de Altos Estudos é um organismo destinado a ministrar ensino post-universitário, ensino supra-universitário, onde os estudiosos e investigadores, sem a preocupação de vulgarização científica, mas com o fim de fazer progredir a ciência, darão conta, em cursos públicos, dos seus estudos e investigações pessoais, das novas técnicas ensaiadas, ou ainda completarão e desenvolverão matérias professadas nas escolas universitárias.

Professarão neste Instituto todos aqueles que tenham feito estudos profundos e novos sobre qualquer ramo científico. Virão escutá-los todos aqueles que desejem completar e aumentar os seus conhecimentos.

Este Instituto será um templo da ciência e para a ciência.

É indispensável entre nós promover a criação científica, estimular os seus cultores, tornar públicos os seus trabalhos. O velho símbolo, a torre de marfim, é hoje uma ideia absoleta. É preciso de-



mocratizar a ciência. A ciência é de todos e deve ser para todos como o ar e a luz.

A aceleração do ritmo do progresso e da civilização é função da criação científica, literária e artística. E essa função criadora não é mais do que a porção de fulgor divino existente nos entes humanos.

Para o progresso da ciência, da literatura e da arte, Portugal tem contribuído galhardamente.

Tivemos e temos homens que constituem uma pléiada valiosa, pelas suas descobertas científicas, pelas ideias novas com que têm contribuído para o enriquecimento do património espiritual da humanidade.

Estabelecer o contacto entre êles e o público, numa serena atmosfera de independência doutrinária, numa atitude espiritual de tolerância e respeito, tendo como fim único o progresso da ciência, eis o objectivo dos cursos dêste Instituto.

Neste ano teremos cursos sôbre quâsi todos os ramos da ciência: matemática, física, geologia, medicina, história da ciência, literatura, filosofia, direito, economia, história e filologia.

Seguindo esta ordem de assuntos, direi agora quais os académicos que vão reger cursos e quais as matérias que irão versar.

\*

O sr. Coronel Melo e Simas, antigo Ministro da Instrução, sábio astrónomo e Sub-Director do Obser-

vatório da Ajuda, que alia à sua alta competência técnica uma fina sensibilidade de homem de letras, fará duas lições sôbre astronomia subordinadas ao seguinte título: *Catlogação das fixas*.

O sr. Dr. Pedro José da Cunha, antigo Presidente desta Academia, antigo Reitor da Universidade de Lisboa, Professor ilustre da Faculdade de Ciências, um dos mais distintos matemáticos portugueses da actualidade, dissertará: *Sôbre séries e paralelismo das curvas*.

O sr. Dr. Aureliano de Mira Fernandes, Professor dos mais ilustres da Universidade Técnica de Lisboa, nobre representante da gloriosa dinastia de matemáticos portugueses que vem desde Pedro Nunes a Gomes Teixeira, o primeiro homem de ciência que em Portugal com alta dignidade científica ensinou as doutrinas de Einstein, tratará numa série de lições das *Modernas concepções da mecânica*.

O sr. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, eminente Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, seu antigo Vice-Reitor e que se tem notabilizado nos estudos de geofísica, fará três lições sôbre: *Orogenia e Orografia de Portugal*.

O sr. Dr. António Augusto Esteves Mendes Correia, homem de ciência eminente, Professor da Universidade do Pôrto, Director do seu Instituto de Antropologia, um dos mais consagrados cultores desta ciência falará sôbre: *Antropologia Portuguesa*.

O sr. Dr. Manuel Moreira Júnior, antigo Ministro, experimentado parlamentar, Professor ilustre da Faculdade de Medicina de Lisboa, o mestre da obstetrícia em Portugal, clínico dos mais justamente afamados pelo seu profundo saber, orador primoroso, vai realizar um curso sôbre: *A assistência maternal e a mortalidade infantil*.

O sr. Dr. Azevedo Neves, ilustre Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, antigo Ministro que deixou vinculado o seu nome a uma notável reforma de ensino técnico, escritor de rara sensibilidade e que trata com os mesmos primores de estilo os problemas de arte e filosofia, como disserta sôbre as graves questões da Medicina Legal em que é mestre consagrado, vai realizar uma série de lições sôbre *A moderna orientação da Medicina Legal*.

O sr. Dr. Sabino Coelho, antigo catedrático da velha Escola Médica de Lisboa e o decano dos cirurgiões portugueses, falará nestes cursos sôbre *Doenças de senhoras*.

O sr. Dr. Gomes Teixeira, glória da ciência portuguesa, matemático de reputação mundial, Reitor honorário da Universidade do Porto, doutor *honoris causa* por muitas Universidades da Europa, historiógrafo eminente das ciências matemáticas, fará um curso de seis lições sôbre *A história da Matemática em Portugal e suas relações com a história nacional*.

O sr. Dr. Júlio Dantas, por tantos títulos ilustre Presidente da Academia, príncipe das letras portu-



guesas, que, com a mesma elegância de espírito com que preside a esta douta companhia, faz formosíssimos versos, dramaturgo dos mais eminentes do nosso tempo, vai falar-nos das *Ideias de hoje nas Comédias de Aristófanés*.

O sr. Dr. Eugénio de Castro, o poeta eminentíssimo que com D'Annunzio ocupa o primeiro lugar na poesia contemporânea dos povos latinos e é ao mesmo tempo um douto professor da Faculdade de Letras de Coimbra e seu Director, fará lições sôbre *Camões*.

O sr. Dr. Joaquim de Carvalho, sábio Professor da Universidade de Coimbra, benemérito Administrador da Imprensa da mesma Universidade, que vem realizando a mais bela obra de difusão cultural do último decénio, nobilíssima figura de pensador, um dos espíritos mais cultos e mais sadios do Portugal contemporâneo, proferirá esta noite a oração inaugural e no centenário de Spinoza virá realizar uma série de lições sôbre a obra dêste grande filósofo do século xvii.

O sr. Dr. José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, antigo Ministro, jurisconsulto eminente, mestre consagrado de direito, de reputação mundial, e que ainda há pouco honrou a ciência portuguesa com as suas notáveis lições na *Academia de Direito Internacional da Haya*, tratará do momentoso e discutido problema da *Codificação do direito internacional*.

O sr. Dr. Pedro Pita, antigo Ministro, erudito



jurisconsulto, orador primoroso, que alia ao seu profundo saber jurídico um belo temperamento literário, realizará uma série de lições sôbre *Letras*.

O sr. Dr. Martinho Nobre de Melo, elegante espirito de conferencista, artista de verbo, eminente Professor da Universidade de Lisboa, sábio cultor de direito administrativo e político na sua mais complexa modalidade, a filosofia política, fará uma série de lições sob a sugestiva rubrica: *A nova constituição do Estado e das sociedades*.

O sr. Dr. Bento Carqueja, grande jornalista, cultíssimo Professor de Economia Política da Universidade do Pôrto, que há longos anos vem, com incessante mocidade de espirito, estudando os mais complexos problemas económicos, dissertará sôbre: *A filosofia do trabalho*.

O sr. Dr. Francisco António Correia, antigo Ministro, notável economista, erudito professor de política económica internacional, versando com a mesma proficiência essa disciplina quer na sua cátedra quer na Direcção Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que dirige com superior distinção, vai falar-nos dos *Aspectos novos da economia internacional*.

O sr. Dr. Queiroz Veloso, antigo Vice-Reitor da Universidade de Lisboa, antigo Director Geral da Instrução Superior, Professor dos mais notáveis da Faculdade de Letras de Lisboa, insigne historiador, cujas notáveis investigações em Simancas lançaram nova luz sôbre a história pátria, escritor primoroso



e orador de raras faculdades, vai realizar um curso sôbre o sugestivo título: *Como perdemos Olivença*.

O sr. Dr. António Ferrão, erudito Sub-Inspector das Bibliotecas e Arquivos, a quem as ciências históricas devem assinalados serviços, autor de numerosos e valiosos livros, fará uma série de cinco lições sôbre *O século xviii científico em Portugal*.

Mons. José Augusto Ferreira, erudito e consciencioso investigador, autor de muitos livros do mais alto interêsse, a quem a história da Igreja bracarense deve valiosos estudos, vai-nos falar dos *Fastos da Igreja de Braga*.

O sr. Dr. Fidelino de Figueiredo, eminente homem de letras, que à crítica erudita e social dedicou numerosos e valiosos livros, o criador dos estudos portuguezes nas Universidades de Madrid, de Colúmbia, da Califórnia e do México, vai-nos falar *Das duas Espanhas*.

O sr. Dr. José de Figueiredo, ilustre e erudito crítico de arte, a quem se deve a revelação da velha escola de pintura portuguesa, dissertará com a autoridade do seu saber e da sua experiência, sôbre a *História da Pintura Portuguesa*.

O Comandante Quirino da Fonseca, o maior cultor de arqueologia naval entre nós, continuador ilustre dos trabalhos de Sousa Viterbo e Lopes de Mendonça, vai falar-nos das *Características das naus e galeões portuguezes e dos navios do Infante D. Henrique*.

O sr. Dr. Laranjo Coelho, Professor de diploma-

tica, antigo Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, devotadíssimo e paciente investigador, um dos nossos mais eruditos e elegantes historiógrafos, vai realizar um curso sôbre as *Monografias locais na literatura histórica portuguesa*.

O sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, glória da ciência portuguesa, mestre consagrado e venerado, cuja reputação mundial constitui um motivo de justo orgulho nacional, colaborará também nos trabalhos do novo Instituto.

O sr. Dr. João da Silva Correia, distinto escritor e erudito professor da Faculdade de Letras de Lisboa, onde teve a honra de suceder na cátedra ao Dr. José Leite de Vasconcelos, vai versar com a sua costumada competência, em seis lições, *Várias questões de filologia*.

Mais um académico se tinha inscrito neste ano para preleccionar no Instituto de Altos Estudos, foi o grande geólogo o Dr. Pereira de Sousa. A sua morte privou-nos de tão preciosa colaboração. Desejo dêste logar prestar-lhe a comovida homenagem da minha gratidão e da minha saudade.

A todos os eminentes académicos que se inscreveram para realizar estes cursos, a todos estes portugueses ilustres, em nome da comissão directora do Instituto de Altos Estudos e no meu próprio agradeço a sua generosa e patriótica colaboração para uma obra que reputo da máxima utilidade para a cultura portuguesa e para o progresso da ciência em Portugal.

DISCURSO  
DO SR. DR. JOAQUIM DE CARVALHO





Quando o Duque de Lafões, num dia já distante celebrado há pouco por vós, Senhores Académicos, tão jubilosamente, fundou a Academia Real das Ciências, talvez sem o pressentir com clareza encerrava o ciclo de uma cultura.

A indiferença pela natureza que nos circunda e incita, a inapetência científica, o predomínio da erudição, da letra sôbre o espírito, e a suspicácia dos resultados pragmáticos da ciência, — tudo isto, que constituíra o lugar-onde de encontro da quási totalidade dos homens cultos portuguezes durante dois séculos, se achou ser naquele dia exausto e moribundo.

¿Porquê e como foi possível esta ruína?

¿Qual é a sua significação actual?

Tais são, Senhor Presidente, as duas perguntas a que vou ensaiar uma resposta, com ânimo turbado pelo receio, tanto mais que, abandonando a via cômoda da narração histórica, que nunca explica, embora às vezes descreva e deleite, me aventurarei pela região das ideias, de tão sedutora aparência e de tão difícil acesso.

Como haveis notado, é sôbre a conversão da intelligência a um novo estilo e a um novo ideal de pen-



samento que me esforçarei por atrair a vossa atenção, não abstractamente, *more metaphysicorum*, para empregar a expressão cara ao sábio quinhentista Pedro Margalho, tão injustamente olvidado, mas em concreto, quero dizer, num dado momento da evolução da mentalidade portuguesa e dos seus ideais de cultura.

Aproximemo-nos, sem mais rodeios, do facto da fundação da Academia no intento de lhe captarmos a recôndita significação. Começemos pelo mais simples, isto é, pelo contôrno exterior, e verificar-se-á imediatamente que dêle emerge, como nota característica, uma forma singular de associação para a conquista e para a transmissão do saber. E com efeito, Senhores, independentemente da ciência em si mesma e da sua metódica, nós podemos considerar a morfologia do saber como expressão visível de uma essência, na qual se reconhece, como no próprio saber, o poder criador do espírito. Bastar-me-á convidar-vos a uma fácil e ligeira descida ao campo dos factos, para notardes que se erguem diante de vós, com individualidade altaneira e clamorosa atracção, as escolas filosóficas atenien-ses, a *Universitas Scholarum et Magistrorum* medieval, as Academias científicas dos séculos xvii e xviii, e, nos nossos tempos de especialização fecunda e quási bárbara, os Institutos de investigação científica, — formas diversas de uma idêntica missão, e cuja diversidade encerra na índole a configuração de mutações de espírito e de ideais. E

assim a primeira pergunta de há pouco se volve agora concretamente no problema: ¿o que tornou espiritualmente possível o advento da Academia das Ciências em 1779 e qual foi o ideal que anunciou?

\*

A resposta força-nos a penetrar à maneira de reconhecimento nesse campo de combate que é a estrutura e o valor da cultura pátria durante a Contra-Reforma. Sem enfileirar em nenhuma das hostes, que se degladiam, pelo menos, desde a *Teórica das Marés* de Jacob de Castro Sarmiento, passando por Verney, de cuja polémica se deve datar, talvez, o amanhecer da opinião pública no sentido moderno, e pela pombalina *Dedução Cronológica*, penso que a única via de acesso e de compreensão serena se nos oferece com a investigação fenomenológica do comportamento do lusitano de setecentos perante a natureza e a vida. O intento de apologia ou de vitupério afigura-se-me estéril, porque recai sôbre condições de vida totalmente diversas das contemporâneas, as quais, superadas há muito, é impossível reviver. No íntimo, as duas hostes combatem não tanto pelo que foi como pelo desejo do que tivesse sido, quero dizer, em vez de evocarem ou explicarem, transportam para o passado os dissídios actuais. Esta observação, por assim dizer local, contém em si o problema gravíssimo da possibilidade da explicação histórica. Gravíssimo, disse, porque a unicidade e

singularidade irreversível dos factos históricos não permitem a redução à identidade, a qual constitui a essência da explicação científica, e ainda porque, pela natureza do processo psicológico que põe em exercício, a história decorre no espírito do historiador num plano de actualidade; mas despedindo-me destas tremendas dificuldades, ou se quizerdes, por outras palavras, da história como mestra da vida, despeço-me ao mesmo tempo daquelas hostes beligerantes para tentar convosco a via da compreensão mediante um método fenomenológico.

Sob o acontecer humano, tão vário e contingente, flui sem dúvida o *sumus*, ou seja a relação sociològicamente impessoalizada de homem para homem; mas flui também o *ego*, ou seja o homem concreto e pessoal, quero dizer, os fins que prossegue, os valores a que adere ou cria e o conceito que da sua essência e significação no universo forma, — fins, valores e essências tão autónomas e irreduzíveis, que todos distinguimos como espécies do género humano, dentre outras, o *homo faber*, o *homo credulus*, o *homos politicus* e o *homo sapiens*. Cada uma destas espécies tem lògicamente a sua diferença específica, a qual dita comportamentos diversos em face da vida e do universo, e, como haveis já reconhecido, não basta disparar alguns factos para que se apazigue o nosso afan inquiridor. Fazê-lo, seria tornar-me preguiçoso, pecado imperdoável diante de vós e na casa, cuja única fôrça emana da consagração ao infatigável amor da verdade e ao culto



da beleza. Sem querer ser paradoxal, eu penso, aliás com excelente companhia, que o que comumente se chama um facto histórico, por mais acessível que seja o seu semblante, é uma coisa de difficilima determinação, tão difficil que nêle vejo uma trama de abstracções simbólicas. Fugamos, pois, desta poeira de acontecimentos desagregados e eventuais com a duração de um instante, que é a narração histórica, e tentemos raptar os conteúdos e formas de vida que servem de fundamento ao processo histórico. É para o terreno das connexões que vos convido, e é óbvio que esta viagem nos atrai para a reflexão sôbre a relação do homem com o ambiente, não para extrair do ambiente a vida espiritual, mas, pelo contrário, da vida espiritual o homem exterior, porque com Dilthey penso que é nas modificações que se operam no homem vivo e real e não nas relações entre conceitos do pensamento abstracto que devemos procurar a evolução das concepções gerais, que orientam a conduta.

\*

O mundo e a vida desenrolam diante de nós a sua incógnita existência, e, para que dêles enuncie-mos alguma coisa, carecem de entrar em relação connosco, afigurando-se-me que é na consciência e na forma desta relação que o lusitano de setecentos se particulariza e distancia de nós.

Em vez de se sentir na natureza, como parte de um grande todo, sentia-se sôbre a natureza, e portanto penetrava no mundo confiante e com ânimo de senhorio, disposto, não a conhecê-lo pelo puro amor de conhecer ou pela vantagem prática de se precaver, e, podendo, utilizá-lo à maneira de instrumento, mas a adaptá-lo e a conformá-lo a um sistema ideal. E compreende-se.

Perante o que o rodeia, o homem pode comportar-se diversamente, desde a expectativa de escrupulosa humildade do sábio, à atitude varonil da consciência que situa as coisas numa hierarquia de valores.

Na atitude científica, de gloriosa estirpe helénica, o homem é dominado pelo amor de conhecer e explicar. Os seus juízos articulam-se no modo indicativo. Tudo o que ocorre ou decorreu, seja na ordem real, seja na ordem ideal, lhe merece igual importância, demandando com espírito dubitativo e com o intento de impessoalidade as causas e condições do acontecer.

Na atitude valorativa, pelo contrário, o espírito ordena as coisas e os fenómenos em relação ao homem, isto é, a um certo valor reputado absoluto, e trocando o ser pelo dever-ser, encontra nos modos optativo e imperativo a sua expressão adequada. Segundo a nossa mentalidade de ocidentais é essencial à ideia de universo a de cosmos, isto é, a ordem e a harmonia, tão essencial e constitutiva, que dificilmente revivemos a estupefacção de Pitágoras quando descobriu as maravilhas do número,



e repudiamos como índice da suprema monstrosidade da imaginação céptica a hipótese cartesiana de um diabrete, cujo génio trapaceiro nos ludibriasse permanentemente. Simplesmente, a ordem e a harmonia do universo podem ser estabelecidas em função do ser ou em função do valor, e assim teremos dois universos diferentes, o universo do ser, e o universo do valor, relativamente autónomos, porque, como nos adverte a experiência quotidiana, o que existe pode não valer, e o que não existe, reputar-se o valor supremo, como a justiça, a beleza e a bondade, sempre apetecidas e jámais logradas. Foi a atitude valorativa que impregnou o nosso espírito setecentista, e cuja estrutura se manteve para além dos limites cronológicos do século. Em rigor, os objectos físicos não entraram no âmbito das suas dúvidas e inquirições. Atribuiu-lhes, claro, a existência do realismo ingénuo da percepção; mas conferindo-lhes existência e utilizando-os, o nosso setecentista quedava-se indiferente às inquirições teóricas que sugerem, porque, crente na física de Aristóteles e vendo a natureza através dos livros, trocara o mundo da visão objectiva pelo mundo das intelecções virtuais. O seu espirito era dominado, não pela consciéncia dos objectos, mas pela consciéncia do valor, isto é, pelas qualidades irreais que as coisas podem sugerir. Eu podia verter, sem grande esforço, uma cornucópia de exemplos; mas permiti que peça apenas a verificação a D. Francisco Manuel de Melo, homem quási completo e que com o

Padre António Vieira partilha a glória de ter possuído a inteligência mais penetrante do seu século. Fiel ao espírito da Contra-Reforma, tão universalmente dominador que nêle não descobrimos uma ninfa Egéria e mais dificilmente ainda as vagas dissimulações da tendência humanista, na introdução do *Tratado da Ciência Cabala*, o qual é um requisição erudito, que não científico, contra essa aberração do século que lançou os fundamentos da ciência da natureza, D. Francisco louva a constância na fé tradicional da Nação. Êste louvor, de natureza supra-temporal, não revela o tipo histórico de mentalidade cuja estrutura tentamos apreender, porque o observamos, e os vindouros observarão, pela presença irrefragável do numinoso, pelo valor incomparável da caridade, da qual a filantropia contemporânea é quasi sempre um hostile desvio, e pelo sentimento de universal dependência e irmandade, que encontrou na mais emotiva das orações, o Padre-Nosso, a sua expressão profunda e inconsumível. Mas ao louvor do crente acrescentou o juízo revelador de um estilo de pensamento, quando escreveu que «esta observância em nossos maiores tão bem verificada, os manteve sempre receosos de tôda a perigosa especulação, contentando-se de saberem o necessário para dirigirem cõgruamente suas acções do corpo e espirito, sem alguma mistura de supérfluas disciplinas, cujo exercicio, aceito aos homens pela novidade, sói levantar o entendimento humano a uns altos donde de ordinário se precipita». Em todos

os tempos se ouviram palavras idênticas, porque é da índole da natureza humana persistir no mesmo elenco de impulsos vitais; simplesmente a relação dos impulsos entre si pode ser diversa, e é justamente na disposição dêles que reside a singularidade da época do nosso polihistor e moralista. Como haveis reconhecido, êle relegava para a superfluidade o afan de saber, curando acima de tudo de não pecar, errando. Assumira, assim, a posição do homem que valoriza, sob a ideia de que a ordem que reina no universo é uma ordem teleológica, ou, mais precisamente, uma ordem que hierarquiza e subordina tôdas as coisas a um fim supremo, de natureza ético-religiosa, como é óbvio. Em seu juízo, mais um eco, que uma criação, o mundo «envelhece, caduca e vai caindo em novas corrupções e delírios», o que tanto monta dizer que situava num passado longínquo a idade de ouro da humanidade, e, ao mesmo tempo, vituperava a introdução de «disciplinas novas e agradáveis contra a fôrça e virtude da sólida verdade».

No grande duelo entre a natureza e a cultura, cuja carta de desafio fôra lançada com gesto varonil durante a Renascença, o nosso setecentista tomou a posição beligerante de conceber a história anti-progressivamente, isto é, como marcha para a decadência e caducidade. No íntimo, reputava-se um soberano transeunte pela natureza física, e daí a inapetência científica, e, mais do que inapetência, desconfiança dos resultados pragmáticos da cultura,



porque uma espécie de misologia lhe gerara a suspeita de que a actividade da razão podia pôr em perigo o sossêgo do coração, a ordem teórica, a ordem prática.

É que o centro de gravidade da sua vida residia num mundo invisível aos olhos da face, mas substantivamente real ao coração; e bem vêdes, Senhores, que em tal attitude, o intento dubitativo e renovador se repercutia pelos céus, violando a lei suprema do homem, a qual consistia em pôr de acôrdo o seu pensamento com a lei dominadora dêsse mundo invisível. Convicta da autoridade dos antigos, a intelligência movia-se dentro de um sistema rígido de conceitos, refractários à análise. É óbvio que esta concepção dava ao homem a segurança e a posse do eterno: êle sabia donde vinha e para onde marchava. Todos os seus actos tinham então uma significação profunda, porque só êle, a um tempo ser racional e moral, possuía a substantividade plena; mas se o homem sabia donde vinha e para onde caminhava, o seu saber, introrsamente valorativo, edificava-se sôbre a imobilidade da consciência intellectual. Jâmais o nosso setecentista se debruçou criticamente sôbre o intellecto para interrogar como surge o intelligível, e em que medida é que o universo do discurso coincide ou é coërente com o universo dos factos. Por isto, Senhores, êle trocou a investigação dos factos e a inquirição das ideias pela tortura das palavras; a curiosidade científica, pelo engenho literário, exube-

rante como em nenhum outro período; a ideia pela metáfora e a ciência e o amor do real pelo comentário erudito, pesadão e preguiçoso. Não foi uma peripécia casual a iniciação do nosso século xvii com os *Comentários dos Conimbricenses* à obra de Aristóteles, monumento de erudição e subtileza, o qual representa a nossa mensagem suprema ao saber europeu da época, tão relembrada nos nossos dias pela influência no pensamento de Descartes. Grandiosa e notável foi sem dúvida; mas a sua monumentalidade aparatosa continha no íntimo o anacronismo e um vício radical que impossibilitava a actividade científica no sentido moderno. É que o estilo de pensamento, que lhe estava subjacente, modelado pelo ideal aristotèlico-escolástico de ciência, era em si mesmo contraditório com o ideal da ciência nova. Êste estilo de pensamento, servido por um método perfeito de análise, a dedução silogística, apenas ditava ao pensamento que definisse e operasse o trânsito do género para a espécie e da espécie para o individuo. Por um lado, enleava a razão numa mecânica abstracta, que a isolava de todo o sentido renovador, e por outro, prendia-a a um saber estático. A Renascença, a época heróica dos grandes cometimentos, legara a ideia estimulante da autonomia da natureza, para a qual a gesta dos nossos descobridores concorreu na ordem empírica com estupenda ressonância, e forjou um novo tipo humano, servido por um novo estilo de pensamento. Desde então, e sobretudo no século xvii, que é o século do génio,



como lhe chama Whitehead, e no século XVIII, o homem, confiante em si próprio e na racionalidade do ser, examina o que sabe, interroga o que o cerca, e pela alegria de criar, pelo prazer de explicar, formula um sistema do universo *more geometrico*, destroi a autoridade, substituindo-a pelo bordão ao qual se apoiará nas magníficas e inauditas jornadas: o método. Desde então, o homem já se não contenta em vencer a dúvida com o saber: quer ter a certeza de que não erra, e foi esta certeza, Senhores, que nos conduziu, a nós ocidentais, a um novo ideal de ciência e ao domínio sobre a matéria, do qual somos hoje, a um tempo, as vítimas e os felizes usufrutuários.

D. Francisco Manuel de Melo foi contemporâneo de Pascal; mas quão diversos são os seus estilos de pensamento! Um e outro crentes na eternidade da mensagem cristã, ambos com o anelo da salvação, embora os separe abissalmente o plano e as projecções das suas inquietudes religiosas; mas enquanto o lusitano abdicava perante a autoridade e derramava o sentimento triste da incapacidade da sua época e do porvir, o génio de Pascal, no admirável fragmento do prefácio do *Traité du vide*, distinguindo o conhecimento histórico, baseado na autoridade, do conhecimento científico, dependente apenas do raciocínio, inculcava o sentimento prospectivo da confiança na razão e nos progressos do saber. No século de Galileu, Huyghens e Newton, e dos sistemas de Descartes, Espinosa, Leib-

niz, Hobbes e Locke, persistia-se em julgar as conquistas e inovações científicas por um sistema de referências anteriores e opostas à constituição da ciência nova. A conversão da inteligência à nova metódica e aos novos ideais científicos e humanos não se operara, e daí a obstinação em julgar o irreduzivelmente novo com as categorias exaustas do passado. É nesta inadaptação que, se não erro, mergulham as raízes da obscura inapetência científica do nosso século xvii, da incompreensão das novidades incipientes e da chamada decadência nacional. A decadência é um juízo de valor, mais uma atribuição virtual, que um juízo objectivo, pois supõe necessariamente o estalão de um valor como termo de comparação, arbitrariamente construído com representações antropomórficas. Os estádios individuais de infância, juventude, maturidade e senectude só retòricamente podem aplicar-se às nações, porque na cadeia indissolúvel das gerações não é possível segmentar uma data ou um facto, que corresponda às quadras da vida pessoal. Se a história da decadência como facto é cientificamente uma faina estéril, a história das ideias de decadência é uma realidade, e a maneira como vos transmito esta opinião discretamente optimista autoriza-me, Senhores, a reflectir convosco sôbre a morfologia e conseqüências da não-conversão da mente setecentista ao novo estilo de pensamento. Uma rápida sondagem indica-nos que a incompreensão se desenrolou nos planos social, sentimental e intellectual.

Socialmente, traduziu-se pela inadvertência da revolução económica, a qual transformou as condições materiais de vida. «O comércio mundial e o mercado mundial inauguram no século xvi a biografia moderna do capital», escreveu Karl Marx, e, quer aceitemos esta tese, quer a de Sombart, de que o enriquecimento da burguesia procedeu da mais-valia da propriedade urbana, verificamos em qualquer caso a inadaptação às novas condições da actividade comercial e da finança. ; Como é compreensível que do seio do próprio povo, que mais concorrera, na aurora dos tempos modernos, para a abertura de mercados inexplorados e para o estabelecimento de vias comerciais, se erguesse a voz de Serafim de Freitas, defendendo contra Hugo Grocio, o representante da vitalidade, a anacrónica concepção do *mare clausum*! Persistia-se em julgar o novo com o esquema económico do passado; em manter a hierarquia tomista dos officios, à cabeça dos quais se collocava o agricultor, depois o artífice e por fim o comerciante; em repudiar o capitalismo, e o seu séquito, o burguês e o proletário, não se percebendo como a lei da oferta e da procura destruíra necessariamente a teoria medieval do justo preço.

A imobilidade nas condições materiais de vida foi acompanhada, ou antes precedida, da imobilidade sentimental. Os valores nobiliárquicos e a consagração social destes valores pela repartição em estados, se haviam sido no passado coêrentes com a orgânica e a sensibilidade da Idade-média,



eram a esta hora, depois que a Renascença descobrira e valorizara o indivíduo, um anacronismo, e sobretudo tornavam os espíritos incapazes de apreender o sentimento moderno da dignidade do trabalho. Giordano Bruno fôra o filósofo-poeta dêste sentimento. No *Spaccio della Bestia Trionfante*, manifesto da nova ideia, Bruno resgata o trabalho material e espiritual, glorificando-o como «instrumento de tôdas as conquistas humanas» e a via libertadora, que conduzirá o homem a uma segunda natureza verdadeiramente moral. A apologia de Bruno, anunciando a era da burguesia, ¿ como podia comover a sensibilidade do nosso setecentista, se vivia encerrado num mundo material e moral já de si fechado, se a sua ética social degradava o mecânico e o trabalhador?

Surdo às vozes que o atraíam para uma vida económica e ética à altura dos tempos, assim também foi pusilânime perante a problemática da ciência nova. *Pour atteindre la vérité il faut se défaire de toutes les opinions que l'on a reçues*, disse Descartes com o imperativo da razão e a autoridade da experiência pessoal, e foi esta audácia reflectida que faltou ao lusitano setecentista, pertinaz na indiferença às incitações da novidade.

Novidade, acabo de dizer; ¿ mas acaso terá ela direitos? ¿ Não é o amor da novidade a raiz emotiva da instabilidade e da incerteza melancólica? Sempre que o homem atinge a região da verdade, ou, se quizerdes, das convicções, inundando de certezas a sua vida



interior, sente-se transportado, pela própria convicção, a um plano superior ao tempo, hostil por natureza à mudança. Todo o homem profundamente convicto vive fora do escoamento do tempo, e a novidade, quando ela atinge as fronteiras da sua vida profunda, aparece-lhe com o semblante de um intento eversor. Mas se esta é a forma vital da convicção e das ideias enraizadas no âmago de uma vida consciente, ¿quem não observa que as convicções e as ideias se não transmitem mecânicamente como coisas exteriores ao homem? Umas e outras carecem de permanente assimilação pessoal, e quantas vicissitudes no processo assimilador! A vida, infinitamente mais rica e complexa do que as concepções e as crenças, infatigavelmente dardeja a nossa inquietude com fins e problemas novos. ¿Como atingir estes fins, formular e resolver estes problemas, sem mutações na vida espiritual, e por vezes na estrutura do nosso pensamento? Pode acaso existir uma vida plenamente consciente sem dúvidas e anseios, sem transformações e movimentos? — perguntou um dia Rudolfo Eucken, e com o filósofo de Iena respondo que a vida humana carece sem dúvida de continuidade, mas carece também de descontinuidade para que possa desenvolver-se em tôda a sua profundidade.

\*

Eis-nos, Senhores, no átrio de uma primeira conclusão. E essa conclusão consiste em predicarmos

afirmativamente à mentalidade setecentista a tendência intuspectiva, tão pujante na análise ascética, a posse robusta de um sistema normativo de valores e a confiança numa concepção qualitativa do universo; é negativamente, o horror da solidão intelectual, a pusilanimidade do espírito em criar a lei do seu próprio destino e uma indiferença hostil à natureza física. Como haveis notado, foi pela inércia e pelas carências que essa mentalidade se tornou anacrônica. E tornou-se anacrônica, porque se baseava no orgulho antropocentista e porque o pensamento apenas se movia dextramente no reino das abstrações genéricas e dos valores.

A estupenda descoberta, revelada por Galileu, de que não há oposição substancial entre o céu e a terra e que o mesmo critério de verdade é aplicável a ambos, sentenciou inexoravelmente a morte das concepções antigas do universo e dos postulados, ditos evidentes, sobre que assentavam. A mente do homem que quer conhecer e explicar opera uma ofensiva premeditada contra o desordenado e o descontínuo. Sempre assim foi e será. Simplesmente, a ofensiva no século xvii foi conduzida cientificamente, sob um novo estilo de pensamento e um novo ideal de ciência — tão novos que quasi sou levado a admitir, com Höffding e Max Scheler, contra Kant, a variabilidade da razão. A ciência deixa de ser a tradição que se transmite e o universal abstracto de Aristóteles para devir o conhecimento que se adquire, e, assim como se transmuda a essência do

ideal científico, transmuda-se igualmente a noção de realidade. A natureza, que sempre permanece e nos rodeia com incitante mistério, atraíu com encanto inaudito o homem moderno, o qual acima de tudo ambicionou a posse de uma ciência certa da realidade. Onde encontrá-la e como encontrá-la? Eis as duas perguntas que a mente então formulou com inquietude por vezes dramática, e cujas réplicas supremas foram pronunciadas por Descartes e Galileu e, se o desejais, por Francisco Bacon. Descartes procurou os fundamentos da ciência na metafísica, radicando-os nas ideias, a um tempo innatas à razão e aplicáveis às coisas. Esta posição assegurava simultâneamente a racionalidade do universo e a realidade do mundo espiritual, porque da razão procediam os princípios e as verdades que regiam um e outro. A admirável concepção cartesiana reintegrou a confiança no espírito, mas, transformando a ciência numa dedução em marcha, de tipo mecânico-racional, implicou dificuldades insuperáveis. ¿ Como passar do pensamento ao ser? ¿ Onde a prova de que a razão dita as leis da matéria? Num ritmo de pensamento diverso, Bacon, e sobretudo Galileu, aquele teorizando a prova, êste provando e teorizando, pedem à experiência a confirmação decisiva da construção *a priori*. *A priori*, disse, porque é claro que assim como a história não é o documento, embora sem documentos se não possa fazer história, a ciência, e em particular a física, não é a experiência. A ciência está para além da expe-



riência, e, por isso, o que interessou Galileu, o que interessou e interessa a todos os sábios, foi e é a integração da experiência ou do dado em certas ideias connexas com a experiência, ou mesmo independentes dela, em especial as formas matemáticas. Por assim pensar é que Galileu lançou os fundamentos da ciência nova, e pôde escrever, sem a tinta mística dos pitagóricos, que o universo é um «livro sempre aberto diante dos nossos olhos, escrito em caracteres matemáticos». Tão formoso dizer logo nos adverte de que na ciência nova, inconciliável com a direcção de espírito que exigia a ciência aristotèlico-escolástica, o ideal do conhecimento científico da natureza reside no número e na medida, porque só a matemática permite, através do confronto com a experiência, precisar e decidir da verdade das construções intellectuais. ¿Não é seguro que o geocentrismo e a opposição secular entre o mundo celestial e o mundo sub-lunar ruíram quando se opôs irrefutavelmente à percepção sensível e ingénua uma realidade matematicamente inteligível? A investigação da lei como expressão do encadeamento das cousas tornou-se o *desideratum* supremo, e a êste *desideratum* se deve que a ciência moderna seja não só experimental, mas essencialmente métrica. Acentuou-se então, com fisionomia quasi irreconhecível, o paradoxo, que Kant procurou dissipar, do número, a criação mais incorpórea, abstracta e irreal, se volver no instrumento mais seguro de análise e verificação dos factos, e a apoteose de um novo estilo



de pensamento assente no postulado da identidade das coisas no tempo e na concepção, diversamente fundamentada, de que a natureza é harmonia, e não o teatro do arbitrio. Restaurando a confiança na racionalidade do universo, e admitindo, com tormento para o filósofo, que a experiência parcial e descontínua capta a realidade e pode ser reportada a um sistema coërente e consistente, o homem afirmou uma nova relação da sua consciência com o mundo e formulou um novo ideal.

Êste ideal, que foi o ideal de Descartes, de Galileu e de Newton, para só referir estes nomes gloriosos, não foi hostil aos valores morais e muito menos ainda desdivinizou o mundo; mas estabeleceu definitivamente que a posição valorativa, essencialmente pessoal, é impotente para explicar e dominar a realidade. E assim volvida a razão para a análise objectiva e para a descoberta das leis, o intento científico, como disse Galileu no *Diálogo sobre os dois sistemas principais do mundo, o ptomolaico e o copernicano*, consiste em mostrar como as coisas se passam, em vez de especular porque as coisas acontecem. Desde então, o espírito vive sob o acicate da dúvida. Distante do reino das soluções terminantes e definitivas, que a tudo davam uma resposta e impregnavam de sentido a vida, o espírito moderno, e mais ainda o contemporâneo, não marcha da solução para novas soluções, mas de problemas para novos problemas. Tendo começado no século xvi, mediante a crítica filológica e humanista, com o

exorcismo da letra, em breve operou a deslocação imensa, que foi útil talvez para o domínio da matéria e trágica sem dúvida para o sentido da vida, de transportar as inquietudes humanas do plano da transcendência para o da imanência. Por isso, o ideal da ciência moderna não é estático e contemplativo; é ideal dinâmico, tenso para o futuro, que não para o passado, a tal ponto que Cournot pôde finamente dizer que *«quelque bizarre que l'assertion puisse paraître au premier abord, la raison est plus apte à connaître scientifiquement l'avenir que le passé»*. ¿Pode a senhora e serva dêste ideal, a razão, apoiada no método, arrebatat o segrêdo à esfinge que nos circunda? Não seria agora adequado um ensaio de resposta, embora pense que o homem não pode dispor de outro instrumento. Limite-me, por isso, a dizer que nenhum dos grandes génios que instauraram o novo estilo de pensamento e modelaram o ideal moderno da ciência, duvidou da possibilidade, quaisquer que fôsem as dúvidas e labores que prèviamente tivessem vivido.

Data de então uma experiência inédita na história da humanidade, cujo alcance não pode vaticinar-se, e cujos resultados, iniciados na ordem intelectual e na explicação das coisas, invadiram a esfera da acção, quero dizer, da técnica, e já penetraram, e mais prometem penetrar no nosso século, e nos vindouros, a própria morfologia da vida humana.

\*

O ideal moderno da ciência, que teve no processo de Galileu o seu momento dramático, porque êste processo, como observou Bertrand Russell, não significa em rigor o conflito entre a ciência e a religião, mas a pugna entre o espírito de indução e o espírito de dedução, isto é, entre a ciência que se elabora e a ciência já feita, sôbre a qual se discorria dedutivamente, carecia de uma forma de associação humana, que fôsse a sua expressão visível. Se a ciência é uma marcha, o que, diga-se de passagem, é contestável, se ela tem por objectivo, o que admitimos, a explicação inteligível da realidade idêntica e uniformemente para todos, da sua própria natureza resulta que ela tem de eliminar o individual e o qualitativo para se situar nas relações constantes entre os fenómenos e na redução do heterogéneo ao homogéneo. A precisão instrumental do método científico conduz actualmente o sábio, com relativa facilidade, à impessoalidade objectiva; mas na aurora da constituição da ciência natural, o sábio careceu de confrontar e conferir as suas experiências e as suas conclusões com as dos seus pares, e foi esta necessidade, Senhores, que fêz brotar do próprio exercício da actividade científica as Academias.

De início simples reuniões privadas, em breve se consolidaram em instituições oficiais, quando o novo ideal científico, tenso para a criação e para a des-



coberta, se comunicou e difundiu. As academias tornaram-se, pois, a expressão concreta do racionalismo científico — assim como, a partir do século XIII, as universidades foram a expressão da ciência consolidada, que apenas exige que a transmitam. Duas estruturas mentais diversas, como é obvio, e portanto morfologias diferentes de convívio. A nova forma de convivência, iniciada em 1603 com a *Academia dos Linces*, à qual o génio de Galileu, em 1616, emprestou muito da sua glória, propagou-se à Europa culta, designadamente à França em 1658, com a Academia das Ciências; à Alemanha, onde Leibniz, nos fins do século, funda uma Sociedade de Ciências, que foi a madre da Academia das Ciências de Berlim; e à Inglaterra. Talvez nenhuma destas instituições, tôdas aparentadas, definisse tão precisamente o seu objectivo como a Sociedade Real de Londres, ao estatuir que apenas congregaria quem se consagrasse «a matérias filosóficas, à física, à anatomia, à geometria, à astronomia, navegação, magnetismo, química, mecânica, e às experiências sôbre a natureza», sem que «a Sociedade faça suas as hipóteses, sistemas ou doutrinas sôbre os princípios da filosofia natural, propostos ou mencionados por um filósofo qualquer, antigo ou moderno». Escrevendo a Espinosa, Oldenburg dizia-lhe em 1661 que no «Colégio filosófico [de Londres] se applicavam a fazer observações e experiências com o possível cuidado e a estudar as artes mecânicas. Nós crêmos, acrescentava, que as formas e qualidades das



coisas podem explicar-se por princípios mecânicos e que todos os efeitos observáveis na natureza resultam do movimento, da figura, da estrutura e das suas diversas combinações, sem haver necessidade de recorrer às formas inexplicáveis e às qualidades ocultas, asilo da ignorância». A Academia, no sentido geral, tornou-se, pois, sinónimo do labor pessoal, da investigação científica, da liberdade crítica, tão intimamente, que o signo do seu nascimento é simultaneamente a sua lei e razão perdurável de ser.

A hora portuguesa soou em 24 de Dezembro de 1779, quando o Duque de Lafões, frequentador do salão de Helvécio, ao que suponho, e, ao que se sabe, culto, viajado, discretamente racionalista e amante da observação da natureza, a grande paixão do findar do século XVIII, arrebatou à assinatura do Secretário de Estado o aviso régio estabelecendo a Academia Real das Ciências. Com esta data, na qual a modernidade científica ressoa com a maior vibração que na reforma pombalina da Universidade, se anunciou, não tão definitivamente como desejaríamos e carecemos, o termo da era da confusão do livro com a experiência, da glosa com o saber, da erudição com a ciência, que haviam sido o lema e o supremo defeito da Academia Real da História Portuguesa.

Desde esta data já não havia lugar para as exortações e requisitórios de isolados franco-atiradores, como Castro Sarmiento, o newtoniano, Ribeiro San-

ches, o sábio e colaborador da *Enciclopédia*, e o semi-discípulo de Genovesi, Verney, a quem um redactor da *Acta Eruditorum*, de Leipzig louvava como tratadista da Lógica. O novo teor de pensamento conquistara verticalmente os dirigentes intellectuais da Nação, e se a primeira oração pública de Teodoro de Almeida foi uma manifestação de orgulho provinciano, não isenta de combatividade, poucos anos depois Aragão Morato vindicaria a omissão plácida, escrevendo que «só a observação e a experiência podiam ser a regra segura dos trabalhos a que se dedicavam» os académicos. «Caminhar ao mesmo tempo no profundo conhecimento da natureza pelos diversos caminhos que a ela conduzem, acrescentava, levantar a língua e a história portugueza do abatimento e confusão, onde ainda a haviam deixado penosos esforços de homens sábios e ilustrados; esclarecer sobretudo as classes secundárias da nação e tirar do santuário das ciências, impenetrável ao vulgo, os conhecimentos práticos, que influíssem nos agricultores e artistas e dessem uma útil direcção aos seus trabalhos, eis aqui a nova e gloriosa emprêsa dos primeiros sócios». A obra da Academia, quaisquer que tenham sido as suas vicissitudes, que no fundo são as vicissitudes da própria cultura nacional, é a prova da vitalidade dêste programa. Eu não posso historiar-la nem julgá-la, reportando-a às conexões de ideas e sentimentos comuns ao pensamento ocidental e aos anelos e ditames da nossa comunidade pátria. Falecem-me,

para empreendimento de tanto alcance, o tempo e a competência; mas ao estabelecer a segunda conclusão a que somos chegados, isto é, que o advento da nossa Academia representou a consagração do espírito científico e do ideal de ciência gerado no século XVII, formula-se o problema da sua significação actual.

\*

A civilização não se define apenas pela morfologia social. Esta é a sua projecção materializada. A sua essência, chamai-lhe ainda civilização, ou chamai-lhe cultura, o nome pouco importa, é constituída pelo tesouro acumulado de verdades, de valores e de tendências espirituais, e pela tensão infatigável de os preservar e enriquecer. A arte e a ciência não são o resultado de impulsos meramente biológicos. Não direi que são anti-vitais, mas emanando do desinterêsse e do mundo das aspirações ideais, reclamam intrinsecamente atitudes não-naturais, e por isso mesmo precárias e contingentes. Tempos houve, bem próximos de nós, em que se tornou lugar-comum a noção do progresso contínuo e quasi fatal, tôda a gente traduzindo na realidade a admirável comparação de Pascal entre a humanidade e um homem que vivesse longos anos e aprendesse sempre. Hoje sabemos que esta noção é uma representação subjectiva e que nada comprova cientificamente a existência da continuidade histórica como



marcha crescente para o mais completo e para o melhor. A análise dos dois conceitos — progresso e cultura —, conduziu-nos a uma distinção não apenas formal, mas ousado dizer vital para a civilização contemporânea. Essa distinção consiste em estabelecer entre a cultura e o progresso a mesma relação que existe entre a ciência pura e a ciência aplicada, quero dizer, a cultura significando a actividade intellectual desinteressada e sem limite, e o progresso, a incorporação dos resultados da cultura em técnicas. Entre a cultura e o progresso há, assim, uma relação de causa para efeito, tão íntima que se me afigura insensatéz a defesa da cultura contra as consequências do progresso. Simplesmente a nossa era multitudinária, deslumbrada pelas maravilhas da técnica tende a sobreestimar o efeito em relação à causa, e é nesta inversão que residem o perigo e a insegurança da nossa civilização. A hipótese de um estado vindouro de obscurantismo colectivo não é uma hipótese vã. A humanidade já transitou por estas tenebrosas experiências, e nada nos autoriza a supor que sejam improváveis no futuro. O facto cultural, seja filosófico, científico ou artístico, é, no advento e na persistência, a coisa mais subtilmente frágil do planeta, tão frágil e delicada, que, ao contrário das coisas concretas, que nos resistem, a sua simples existência carece incessantemente de ser compreendida. Que haja eclipses no processo compreensivo ou assimilador, e o homem volver-se há intellectual ou emocionalmente cego para o que



deslumbrara os seus genitores. Por isso, com Bertrand Russell digo que se tivesse morrido na infância aquela centena de homens do século XVII, cujos nomes veneramos, não existiria o mundo hodierno. É, pois, uma ilusão de certa escola sociológica o menosprezo da inteligência para atribuir os grandes sucessos a causas impessoais, conclui o filósofo inglês, e não apenas ilusão, porque nela vejo um perigo. A natureza qualitativa dos factos culturais só vive na atmosfera das grandes altitudes. O ar da planície sufoca-a e mata-a; e o perigo a que aludo, Senhores, consiste na possibilidade da mentalidade de massa, sem curiosidades ultra-vitais e sem vigílias, deslumbrada pelo progresso, isto é, pela técnica, rendida ao realismo sensorial, grosseiro e vagabundo, invadir a zona tenuíssima da minoria desinteressada, e, julgando a qualidade irreal pela quantidade mensurável, estancar a seiva que nutre o progresso. Se esta invasão se verificar um dia, cessará, embora passageiramente, porque a vida jámais fenece, mesmo quando involue, o ímpeto criador da cultura. As vozes mais convincentes da Europa constantemente nos estão advertindo da terrível ameaça, contra a qual, com Léon Brunschwig, direi que a única probabilidade de defeza reside na «condição que o animal político se lembre de que êle é também um animal racional». Cumpre-nos hoje, mais imperativamente do que nunca, a vigilância e custódia dos valores que tornaram possível a civilização, e o amparo a quem

não só os conserve, mas também dilate e enriqueça. Esta é, Senhores, a missão e a obra das minorias cultamente dadas e infatigavelmente insatisfeitas, e agora, que após as palavras do Senhor Presidente da Academia se considera inaugurado o Instituto de Altos Estudos, eu devo dizer-vos porque não invoquei, segundo o costume, a tradição. Deliberada e reflectidamente o fiz, Senhor Presidente.

Nas instituições do tipo das academias e das universidades, a velhice é um castigo — o justo castigo de se deixarem envelhecer e corromper com as refulgentes oferendas da satisfação trivial. Não invoquei, pois, a tradição académica, e não a invoco pelo respeito que vos consagro, e porque o recurso à tradição só surge quando ela perdeu a sua fôrça actuante. A tradição viva flui sem ser notada; desde que a solicitamos transportamo-nos do facto à idea, da realidade à teoria, e neste transito se opera a morte da tradição como tradição. Eis-nos, pois, fluindo na corrente viva que naquele dia já distante do século XVIII nos trouxe a Academia das Ciências, e se tôda a instituição educativa, no sentido filológico da palavra, ostenta no frontão a figura do homem ideal, que apetece modelar, ocorre a pergunta: qual é ou deve ser para nós êsse homem ideal?

Vós não me haveis cometido, Senhor Presidente, o encargo de exprimir o pensamento da Academia. Vós sabeis que a nossa Companhia não se instaurou nem vive para entoar a monótona melodia de uma única verdade, mas para nos unir no amor e na in-

quirição de tôdas as verdades, tanto daquelas que o homem descobre pela incidência da razão, como das que intue e acrescenta ao outro mundo das criações da belêsa e da justiça; permiti, porém, que, como voto pessoal e à guisa de conclusão, eu esboce fugazmente o meu anelo.

Se fui assaz claro, das antíteses que estabeleci desprendem-se dois tipos diversos de mentalidade e dois ideais humanos diferentes, isto é, a sabedoria e a ciência. Devemos nós, homens do século xx, enriquecidos com as experiências das gerações que nos precederam, sentindo-nos pelo pensamento contemporâneos de tôdas as profundas inquietudes, labutas e vivências humanas, em tôdas as épocas e latitudes, optar por um em detrimento do outro? Penso que não.

O homem que apenas explica cientificamente é uma determinação limitada da natureza humana, assim como o é o homem que apenas se move no reino dos valores estéticos, éticos ou religiosos. O grande problema, para nós, hoje, é um problema de integração e não de exclusão, e portanto o homem ideal será aquele que substitua a visão unilateral pela visão integral, e se situi numa atitude de compreensão e de vida tal, que realizando um e outro tipo humano, demandando com igual intensidade e fervor o conhecimento que explica e o conhecimento que salva, a ambos afinal contenha e supere. Êste é o meu voto e a minha crença, e saudando a nova emprêsa acadêmica eu desejo veementemente que ela realize o



intento que na hora já remota da Renascença nos trouxe o Colégio das Artes e inscreva como sua divisa a máxima generosamente humana de Espinosa: *Amicorum omnia, praecipue spiritualia, debere esse communia.*

PALAVRAS  
DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO  
PELO SR. DR. FILIPE DANTAS





PALAVRAS  
DE ENCERRAMENTO DA SESSÃO,  
PELO SR. DR. JÚLIO DANTAS



As palmas que acabam de coroar a bela oração do sr. Dr. Joaquim de Carvalho constituem o mais eloqüente dos comentários a essa notável peça oratória com que se inauguram os Altos Estudos da Academia das Ciências. Não podia erguer-se, à entrada do novo instituto, mais severo e nobre pórtico.

Pelos nomes dos prelectores e pela opulenta série de lições anunciada, para êste ano, pelo ilustre professor sr. Moses Amzalak, é fácil prever que à iniciativa da instituição dos Altos Estudos está reservado um êxito não apenas acadêmico, mas nacional.

Agradeço aos oradores o brilho e a solenidade que as suas palavras atribuíram a esta sessão inaugural; congratulo-me pela presença de Suas Ex.<sup>as</sup> os Ministros da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros; e na pessoa de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Embaixador do Brasil, herdeiro ilustre do nome e das virtudes de um dos fundadores desta casa, o grande José Bonifácio de Andrada e Silva, saúdo a Academia Brasileira, nossa irmã de além Atlântico, fazendo votos para que gloriosamente perdone o perfeito entendimento das duas Academias da língua portuguesa na defesa e zêlo do património espiritual comum.







## ÍNDICE

	Pág.
Antelóquio . . . . .	5
Alocução do sr. Dr. Júlio Dantas, Presidente da Academia . . . . .	13
Alocução do sr. Dr. Egas Moniz . . . . .	19
Epítome indicativo do programa de trabalhos do Instituto de Altos Estudos durante o ano académico de 1931-1932, lido pelo sr. Dr. Moses Bensabat Amzalak . .	25
Discurso do sr. Dr. Joaquim de Carvalho . . . . .	35
Palavras de encerramento da sessão, pelo sr. Dr. Júlio Dantas . . . . .	69





RÓ  
MU  
LO



\*1329646380\*

CENTRO CIÊNCIA VIVA  
UNIVERSIDADE COIMBRA



